

# Controladoria-Geral da União



Conselho Nacional  
de Saúde

Oficina

**“O FINANCIAMENTO DO SUS”**

22 e 23 de junho de 2017

Região Sudeste



Suzana Kroehling Rodrigues Ferreira

# O CONTROLE NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

- **Controle Interno**
- **Controle Externo**
- **Controle Social**
- **Discussão de casos**





# **CGU**

## **Órgão de Controle Interno Federal**

### **Missão Estratégica**

**Duas dimensões complementares:**

- **1. prevenir e combater a corrupção**
- **2. aprimorar a gestão pública, fortalecendo os controles internos e incrementando a transparência, a ética e o controle social**

# Áreas de atuação da CGU





# **Correição**

## **Corregedoria-Geral da União**

**Órgão Central do Sistema de Correição  
do Poder Executivo Federal**

**Responsável por:**

- **Apuração de irregularidades de servidores públicos;**
- **Aplicação de penalidades administrativas;**
- **Capacitação de gestores em PAD (cursos, guias, manuais).**

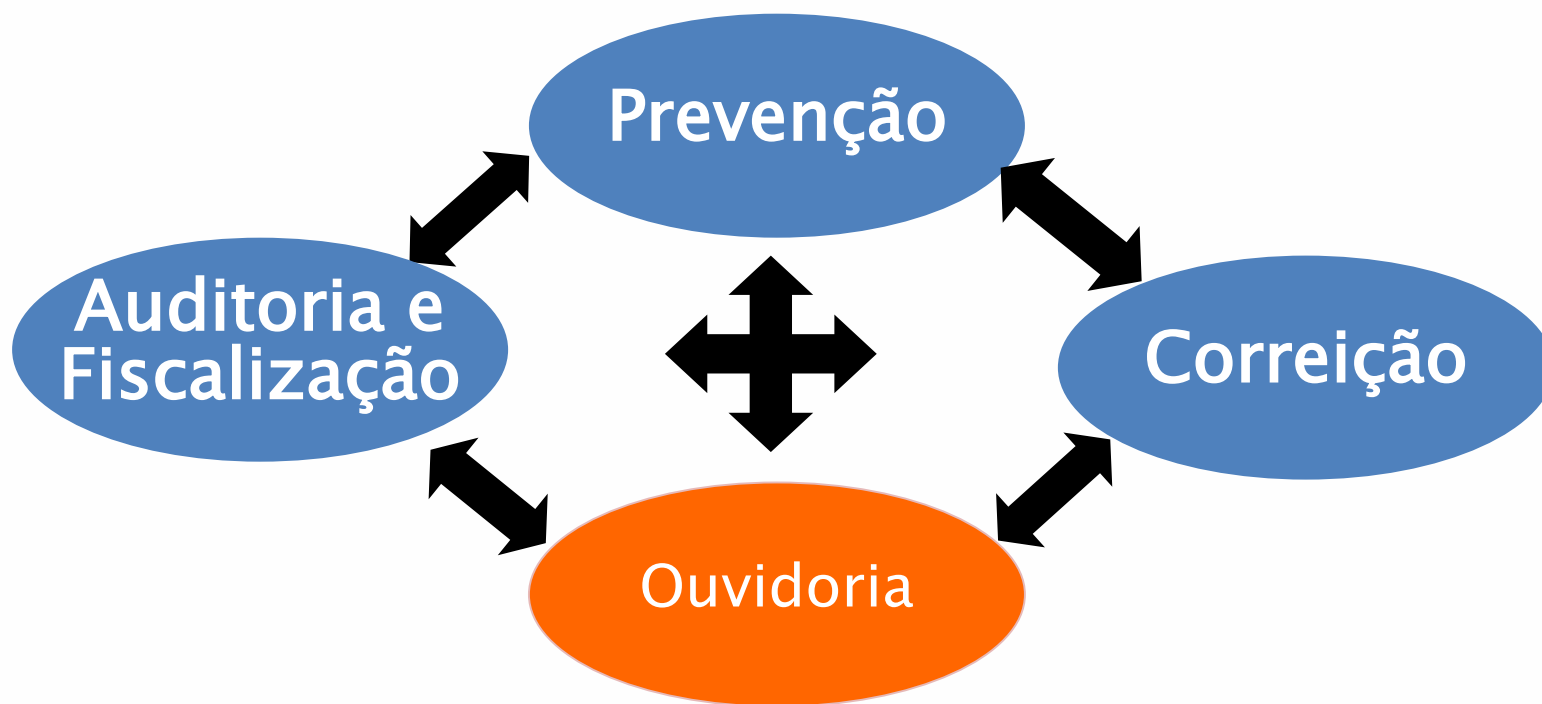


# Correição

Punições 2003- 2016

Punições	TOTAL
Demissão	5.172
Cassação de Aposentadoria	493
Destituição	544
<b>TOTAL</b>	<b>6.209</b>

# Áreas de atuação da CGU



# Ouvidoria

## e-OUV

**Sistema de Ouvidorias do Poder Executivo Federal**

[Ouvidorias.gov](#)

[Material de Apoio](#)

[Já sou Cadastrado](#)

[Cadastre-se](#)

Qual tipo de manifestação você quer fazer?



DENÚNCIA



RECLAMAÇÃO



SOLICITAÇÃO



SUGESTÃO



ELOGIO





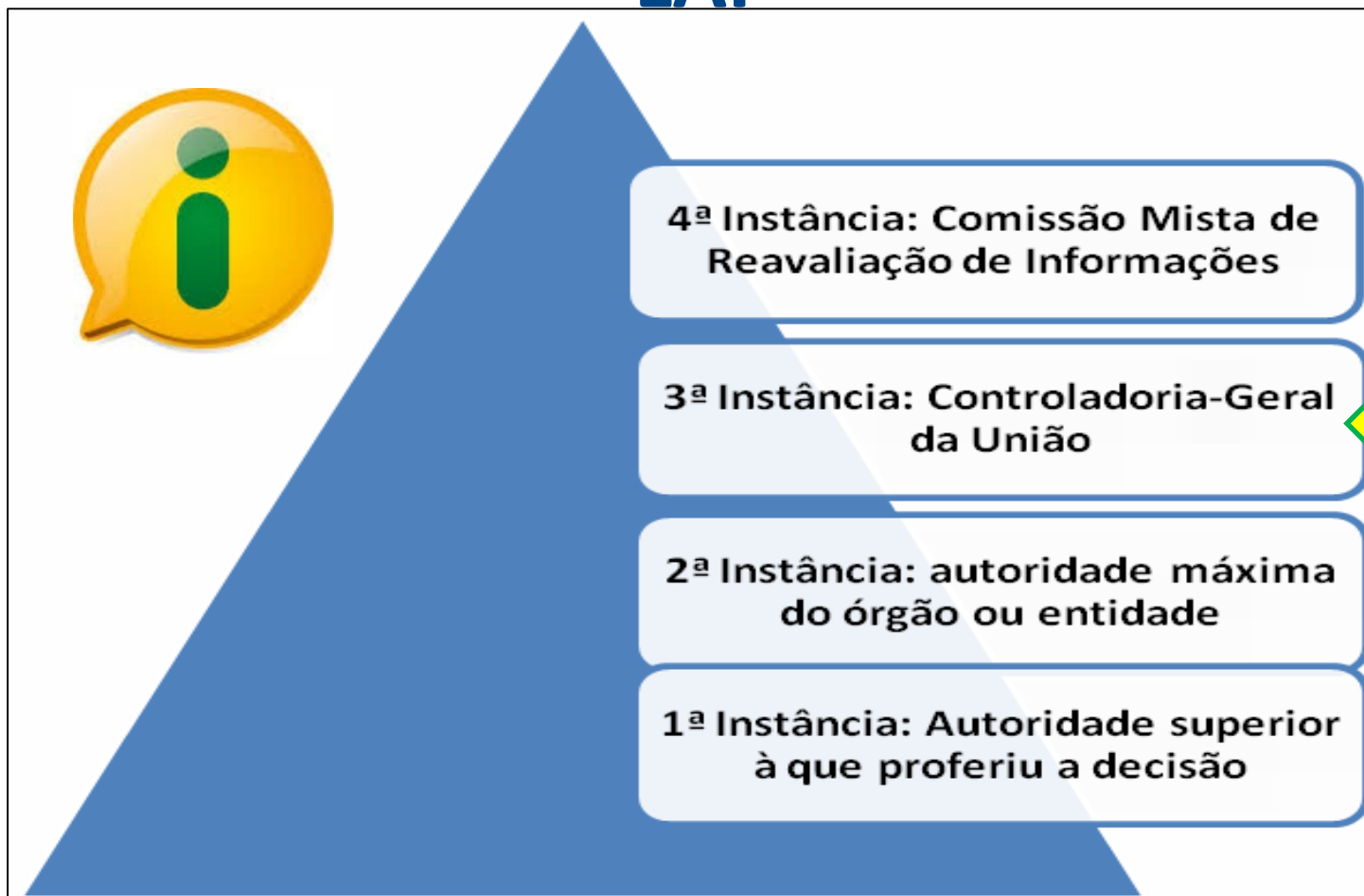
# Ouvidoria

- ✓ **TODAS AS MANIFESTAÇÕES DO E-OUV SÃO LIDAS PELOS ÓRGÃOS FEDERAIS RESPONSÁVEIS**
- ✓ **TODAS AS MANIFESTAÇÕES SÃO RESPONDIDAS AO CIDADÃO EM ATÉ 30 DIAS, INFORMANDO AS PROVIDÊNCIAS ADOTADAS**
- ✓ **QUALQUER PESSOA FÍSICA OU JURÍDICA PODE SE MANIFESTAR**

[www.ouvidorias.gov.br](http://www.ouvidorias.gov.br)

# Ouvidoria

## Recursos da Lei de Acesso à Informação LAI



# Áreas de atuação da CGU





# Auditoria e Fiscalização

## Formas de atuação da Secretaria Federal de Controle (SFC):

- Fiscalizações sistemáticas de programas de governo;
- Fiscalizações a partir de sorteio público de municípios ou matriz de vulnerabilidades;
- Demandas externas (denúncias de cidadãos/demandas de outros órgãos de controle – MPE/MPF/PF/TCU);
- Auditorias de avaliação da gestão pública federal;
- Auditorias nas aplicações de recursos externos.

# Fiscalização por Sorteios Públicos



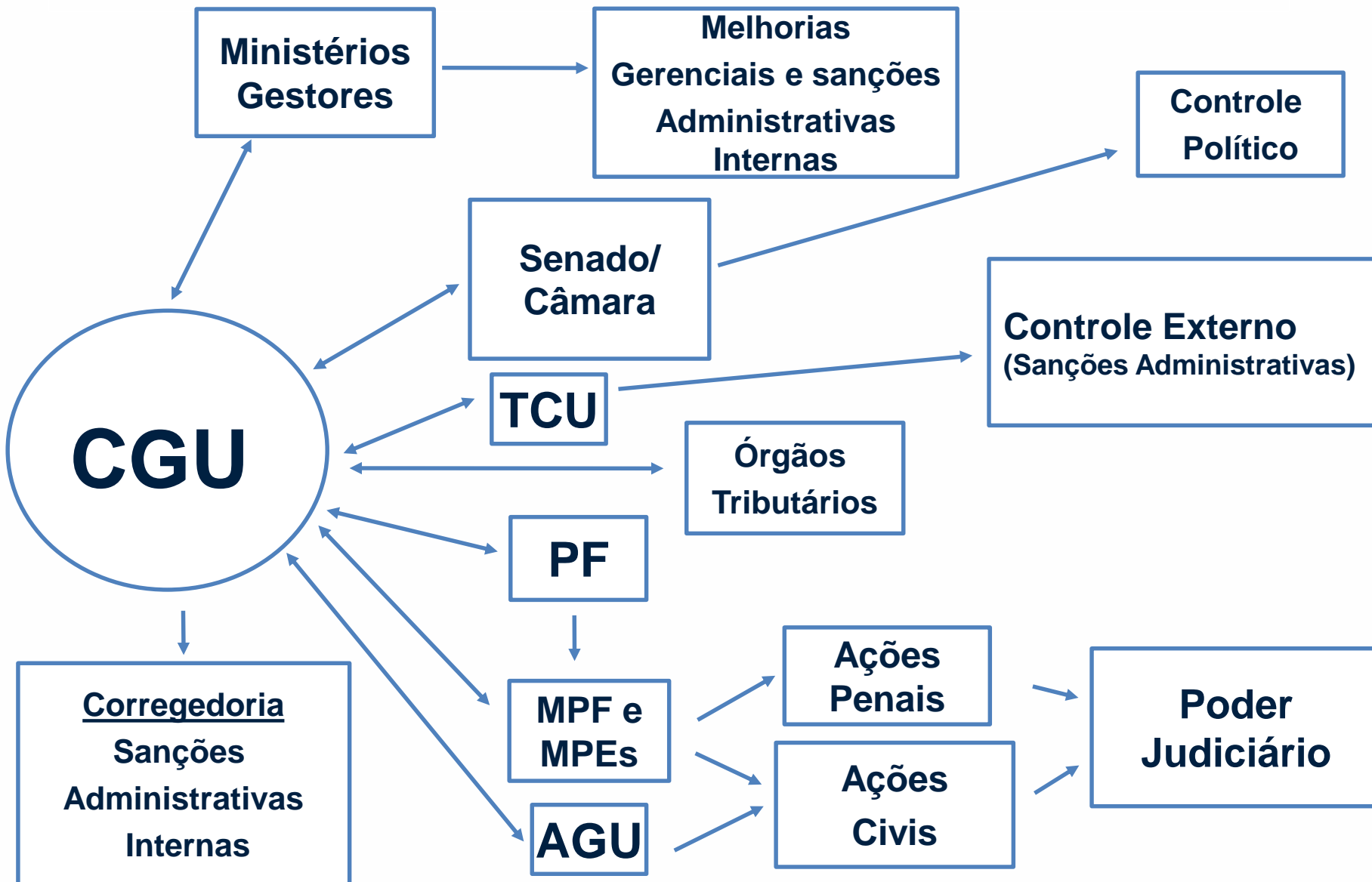
Transporte Escolar



Merenda Escolar



## Encaminhamento das Ações de Controle





# Operações Especiais

Gafanhoto

Sanguessuga

Coari/AM

Telhado de Vidro

Mamoré

Navalha

Carranca

Passárgada

Guabiru

Vampiro

Mecenas

Toque de Midas

Pororoca

Alcaides

Rapina  
I, II, III e IV

Vassoura de Bruxa

Campus Limpo

Rêmora

João de Barro

Dupla Face

Confraria

Metástase

Higia/RN

Anopheles

Galiléia

# Áreas de atuação da CGU





# Prevenção da Corrupção

## Fortalecimento da Gestão Pública



# Prevenção da Corrupção

## Incremento da Transparência



# Prevenção da Corrupção

## Inteligência

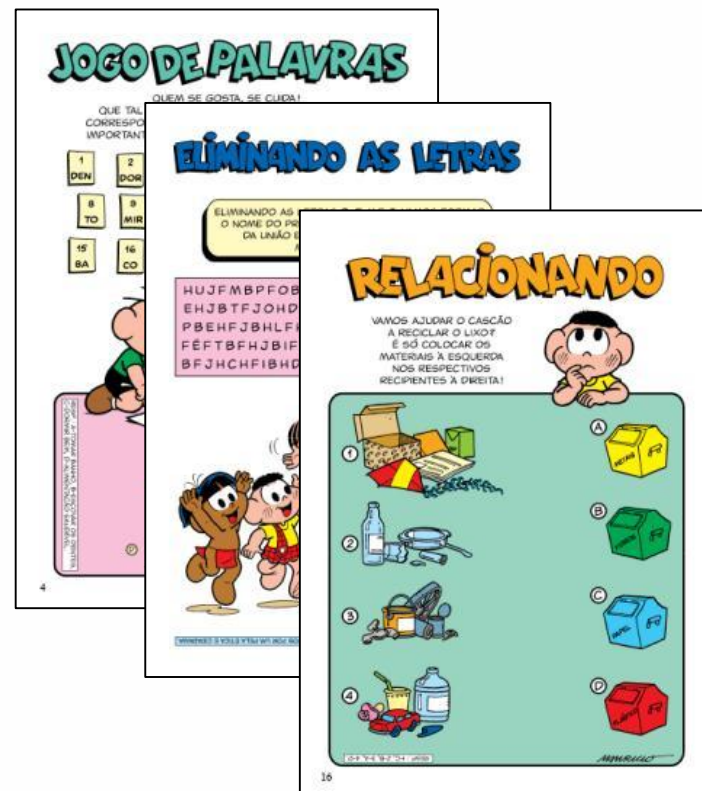
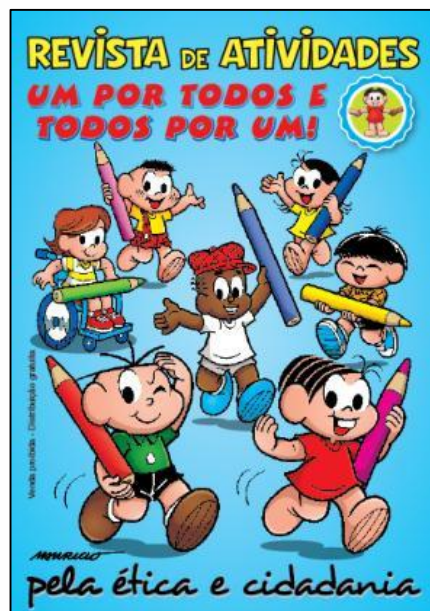


- “Malha fina” da despesa
- Monitoramento das situações atípicas do gasto
- Ferramenta de controle
- Apoio ao gestor público

# Prevenção da Corrupção

## Educação para a Ética e Cidadania

- 400 mil alunos e 13 mil professores





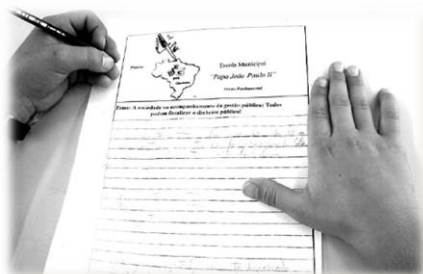
# Prevenção da Corrupção

## Educação para a Ética e Cidadania



**1 milhão** alunos mobilizados

**1.000** municípios participantes



# Prevenção da Corrupção

## Estímulo ao Controle Social

### Cursos à distância





# Controle Institucional na Administração Pública

## Controle Externo

## Controle Interno do Poder Executivo

União

Congresso Nacional  
Auxílio TCU

Controladoria-Geral  
da União - CGU

Estados

Assembleias Legislativas  
Auxílio TCE

Controladorias-Gerais  
dos Estados - CGE

Municípios

Câmaras Municipais  
Auxílio TCE/TCM

Controladorias-Gerais  
dos Municípios - CGM

Ministérios Públicos, Polícias Federal e Estadual, Poder Judiciário







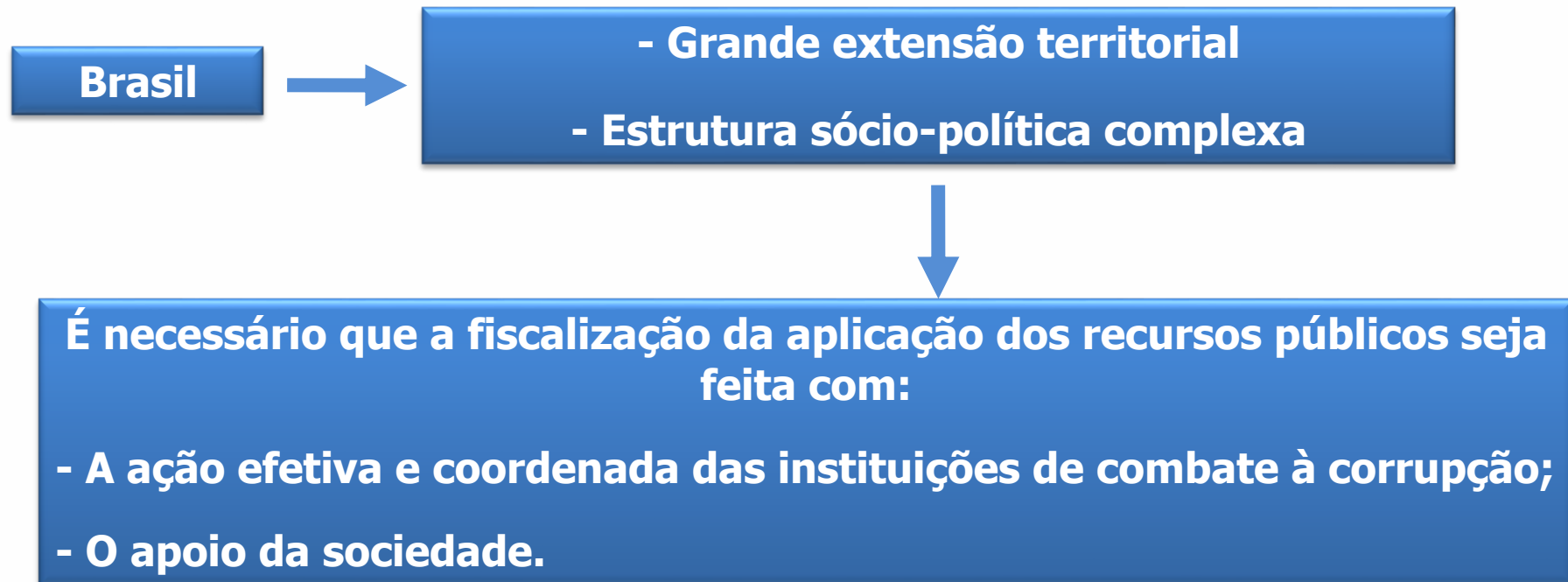
O controle social é entendido como a participação do cidadão na **gestão pública**, na **fiscalização**, no **monitoramento** e no **controle** das ações da Administração Pública.

Contribui para **aproximar a sociedade do Estado**, abrindo a oportunidade de os cidadãos acompanharem as ações dos governos e cobrarem uma boa gestão pública.

Trata-se de **importante mecanismo de prevenção da corrupção e de fortalecimento da cidadania**.



O **controle social** é um complemento indispensável ao **controle institucional** realizado pelos órgãos que fiscalizam os recursos públicos.





# QUAL É A IMPORTÂNCIA DO CONTROLE SOCIAL?

Prevenção da corrupção  
em complemento aos  
controles institucionais

Ampliação da qualidade  
da ação estatal

Disseminação de cultura  
de participação na  
gestão pública

Orientação do Estado  
pela sociedade



## Controle Social

O Controle Social é exercido:

- ✓ individualmente pelo cidadão;
- ✓ coletivamente, pela organização da sociedade civil;
- ✓ coletivamente, pela atuação de instituições públicas representativas dos interesses sociais.

Os Conselhos de Saúde (no âmbito político-administrativo) são exemplos de instituições públicas que exercem, nos limites de suas atribuições, o controle social das políticas públicas de saúde.



# O SUS e o Controle Social

## Saúde como direito social

Caput do Art. 6º da Constituição Federal

## Participação da comunidade como diretriz de organização do SUS.

Inciso III do Art. 198 da Constituição Federal

## Participação da comunidade como princípio do SUS.

Inciso 8º do Art. 7º da Lei nº 8.080/1990

## Recursos do SUS devem ser depositados em conta especial, movimentados sob fiscalização dos Conselhos de Saúde .

Art. 33 da Lei nº 8.080/1990

O SUS contará com instâncias colegiadas em cada esfera de governo, sem prejuízo às funções do Poder Legislativo:

**Conferência de Saúde**

**Conselho de Saúde**

Art. 1º da Lei nº 8.142/1990



## Controle Social na Saúde

Lembrando....a Administração Pública é fiscalizada por meio de:

- I - controle externo;
- II - controle interno;
- III - controle social.

### Lei Complementar 141/2012, art.38:

O Poder Legislativo com auxílio dos TC, do Denasus, do CI e do **CS**, fiscalizará o cumprimento das normas dessa LC, com ênfase no que diz respeito:

- I - à elaboração e execução do Plano de Saúde Plurianual;
- II - ao cumprimento das metas para a saúde estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias;
- III - à aplicação dos recursos mínimos em ações e serviços públicos de saúde, observadas as regras previstas nesta Lei Complementar;
- IV - às transferências dos recursos aos Fundos de Saúde;
- V - à aplicação dos recursos vinculados ao SUS;
- VI - à destinação dos recursos obtidos com a alienação de ativos adquiridos com recursos vinculados à saúde.



Os Conselhos e Conselheiros(as) de saúde têm diante de si um importante papel a desempenhar:

- Articular e potencializar as possíveis redes já estabelecidas e a serem estabelecidas na perspectiva da defesa de direitos dos cidadãos na área da saúde.

Cooperação

- ✓ Com os Conselhos de outras instâncias;
- ✓ Com os Gestores do SUS;
- ✓ Com o Ministério Público;
- ✓ Com os Órgãos de Controle.

Articulação

# Competências do Conselho de Saúde

Lei 8.080/1990, Lei Complementar 141/2012,  
Decretos Presidenciais e Portarias do Ministério da Saúde.

Principais competências dos conselhos de saúde:

- Estabelecimento de diretrizes para o Plano de Saúde;
- Análise do Relatório Anual de Gestão (Prestação de Contas);
- Fiscalização.



Ao exercer o controle social do SUS, o conselho deve participar da fiscalização e do planejamento das políticas de saúde, propondo a forma de emprego dos recursos destinados a essa área, bem como verificando a conformidade na utilização dos recursos recebidos pelos Fundos Estaduais e Municipais de Saúde.





*Que tal, colocar em prática?*



## Análise de extratos

### Movimentações indevidas das contas correntes

Acórdão nº xxxx/2014 – TCU – 1ª Câmara julga irregulares as contas do prefeito e aplica multa decorrente de transferências irregulares de recursos da conta MAC.

Nova análise demonstra repetição da prática irregular.

2015						
Data	Banco	Agência	Conta	Descrição da Conta Corrente	Valor Creditado na MAC	Valor Debitado na MAC
12/01	104	15*	624.0***	BLCATB - Piso da Atenção Básica Fixo	305.214,00	
13/01	104	15*	624.0***	BLCATB - Piso da Atenção Básica Fixo	186.614,13	

2015						
Data	Banco	Agência	Conta	Descrição da Conta Corrente	Valor Creditado na MAC	Valor Debitado na MAC
10/04	001	***	6.7***	Diversos	181.393,96	
14/04	001	***	6.7***	Diversos		181.393,96
15/06	001	***	6.7***	Diversos		181.393,96

[Ir para o conteúdo](#) [Ir para o rodapé](#)

## Pesquisa de Relatórios

MINISTÉRIO DA TRANSPARÊNCIA E CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO (CGU)

### Use os filtros abaixo para encontrar os relatórios do seu interesse

A Pesquisa de Relatórios tem o objetivo de aumentar a transparência e reunir em um único espaço todos os trabalhos de Controle Interno do Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União (CGU). São relatórios de fiscalização em estados e municípios, auditorias anual de contas, avaliações de programas, entre outros. Na busca, há, ainda, a possibilidade de baixar mais de um relatório pela opção "Baixar selecionados".

Título do Relatório

Linha de Atuação

Fiscalização em Entes Federativos - Estados

Período de Publicação



até



Ministério(s)

Nenhum selecionado

Órgãos(s)

Nenhum selecionado

Estado(s)


ES

Município(s)


FEF(s)

Nenhum selecionado

Palavras-Chave

 Limpar Pesquisar

### Resultado da pesquisa

<input type="checkbox"/>	DOWNLOAD	TÍTULO	LINHA DE ATUAÇÃO	PUBLICADO EM	MUNICÍPIOS	TRECHOS
<input type="checkbox"/>		Programa de Fiscalização em Entes Federativos - Espírito Santo	Fiscalização em Entes Federativos - Estados	27/10/2016	VITÓRIA - ES	

# PROGRAMA DE FISCALIZAÇÃO EM ENTES FEDERATIVOS

*estados, df e municípios*

Programa de Fiscalização  
em Entes Federativos – V02

Número do Relatório: 201601588

## Sumário Executivo Espírito Santo

### Introdução

Este relatório trata dos resultados dos exames realizados sobre 4 Ações de Governo executadas no Estado do Espírito Santo em decorrência do V02 – Ciclo do Programa de Fiscalização em Entes Federativos.

## Consolidação de Resultados

Ministério da Saúde.

Quanto ao Programa de Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde (SUS) – Incentivo aos Estados, Distrito Federal e Municípios para a Vigilância em Saúde, constatou-se potencial risco de ineficiência no combate ao mosquito Aedes Aegypti e de seu fortalecimento no Estado do Espírito Santo em razão do descumprimento de recomendação do Ministério da Saúde no tocante à utilização de inseticida. Também observou-se deficiências no controle de estoques do governo estadual em relação aos produtos usados no combate ao mosquito Aedes Aegypti. Por último, constatou-se o recebimento de produtos com validade para utilização vencida (valor de R\$ 66.491,57) e distribuição pelo governo estadual de produtos com validade vencida a entes municipais (valor R\$ 75.159,02).

# Sumário Executivo

## Rio de Janeiro

### MINISTÉRIO DA SAÚDE

No âmbito da Ação 10.302.2015.8933 - Serviços de Atenção às Urgências e Emergências na Rede Assistencial, especialmente quanto ao funcionamento das UPA sob gestão estadual, identificou-se nas UPAs visitadas, por meio de entrevistas com profissionais da saúde, a ocorrência de desabastecimento de materiais/equipamentos/medicamentos previstos na legislação específica do Ministério da Saúde. Além disso, com base em dados apresentados, identificou-se a ocorrência de plantões contando com número de médicos inferior aos quantitativos previstos na Portaria n.º 342/2013 do Ministério da Saúde. Observaram-se, ainda, falhas relativas ao espaço físico e estrutura das Unidades fiscalizadas.

No que se refere à Ação 10.302.2015.20AL - Incentivo Financeiro aos Estados, Distrito Federal e Municípios para a Vigilância em Saúde, especificamente em relação às ações de combate ao mosquito Aedes Aegypti, identificou-se a armazenagem inadequada de inseticidas adquiridos com recursos federais de combate ao mosquito Aedes Aegypti.

Cabe citar ainda que, ao analisarmos a supervisão da Secretaria Estadual de Saúde e Defesa Civil do RJ sobre o combate ao mosquito Aedes Aegypti exercido pelos municípios do Estado do Rio de Janeiro, identificamos que, em 2014, 72,8% dos municípios do Estado do Rio de Janeiro tiveram cobertura residencial menor que 80%, ou seja, não alcançaram a cobertura de 80% de visitas aos imóveis, como pactuado, e que, em 2015, a média do percentual de cobertura também ficou abaixo do pactuado de 80%.

Cumpramos registrar, no entanto, que a execução das visitas fica a cargo dos municípios, mas não podemos subestimar a importância do Governo Estadual no processo de coordenação e consolidação de dados que não foram disponibilizados por certos municípios.



# Sumário Executivo

## Minas Gerais

No que se refere aos serviços do SAMU, verificou-se que a Secretaria de Estado de Saúde – SES/MG repassou regularmente os valores pactuados das contrapartidas federal e estadual para financiamento dos cinco SAMU Regionais em atividade no Estado. Ressalvou-se, no entanto, a situação do SAMU da Macrorregião Sul, implantado no 1º semestre de 2015 e com análises técnicas de aprovação pelo Ministério da Saúde, mas ainda não habilitado. Quanto às contrapartidas municipais para financiamento das atividades dos SAMU Regionais, constatou-se uma crescente inadimplência dos municípios para com os consórcios intermunicipais de saúde. Vale ressaltar ainda, as constatações do Relatório que tratam dos “Atrasos na implantação dos SAMU Regionais no Estado de Minas Gerais” e das “Pendências para abertura de leitos de retaguarda hospitalares e na implantação de Unidades de Atendimento - UPA que vêm prejudicando o atendimento em SAMU Regionais”. Além das falhas de cunho administrativo e operacional, cumpre destacar a falta de avaliação e fiscalização pela SES/MG dos relatórios e das prestações de contas encaminhadas pelos consórcios.

Quanto à análise da gestão dos recursos e insumos federais descentralizados para o combate ao mosquito *Aedes Aegypti*, os exames revelaram deficiências existentes na distribuição de insumos e no alcance de metas no combate ao mosquito. Cabe destacar a ocorrência de falhas em processos de compras e pagamentos, bem como na contratação e gestão de contratos de prestação de serviço. As falhas apontadas na gestão operacional, principalmente relacionadas à gestão de insumos, compromete o atendimento das demandas dos municípios na ponta, na medida em que as Superintendências Regionais de Saúde não são contempladas com todo material necessário ao desenvolvimento das atividades. Acrescenta-se, ainda a ocorrência de pagamentos com recursos do Bloco de Financiamento da Vigilância em Saúde sem comprovação da efetividade do gasto, ou seja, destinados ao pagamento de despesas cujo resultado das ações não está devidamente comprovado.



## **Contratação e execução da prestação de serviços para realização de eventos em desacordo com os princípios da razoabilidade, da motivação e da economicidade.**

Foram realizados 42 eventos relacionados ao combate à Dengue no exercício de 2015 e dois eventos em 2016 (até fevereiro) utilizando R\$916.362,85 de recursos do Bloco VS.

A execução dos eventos ficou a cargo da empresa SP Serviços Promocionais, Turismo e Eventos Ltda.-EPP (CNPJ 01.022.790/0001-79), conforme Contrato nº 34.570/2012, firmado em 13/06/2012, para uma vigência de doze meses, no valor total estimado de R\$3.201.685,30

Além da ofensa aos princípios da razoabilidade, da motivação e da economicidade pela adoção de remuneração do contratado por intermédio da aplicação de taxas sobre o custo dos serviços prestados, o procedimento licitatório e a execução contratual apresentam outras irregularidades, como:

- (a) superestimativa do orçamento prévio;**
- (b) Formatação, dimensionamento e definição do orçamento do evento pela empresa contratada em detrimento da contratante SES/MG.;**
- (c) aplicação parcial de desconto sobre serviços prestados previsto no edital; e**
- (d) a não inclusão, nos processos de pagamento, de documentos comprobatórios dos serviços prestados.**



# Relatório de Demandas Externas

## nº 00210.003314/2011-50



### Sumário Executivo

Este Relatório apresenta os resultados das ações de controle desenvolvidas pela Controladoria-Geral da União (CGU) no Estado de Minas Gerais, em função de demanda apresentada a esta Controladoria-Geral da União, pelo Ministério Público do Estado de Minas Gerais, que trata de situações presumidamente irregulares ocorridas no estado, cujos trabalhos foram realizados entre 19/11/2012 a 28/12/2012.

Esclarecemos que os executores dos recursos federais foram previamente informados, sobre os fatos relatados, por meio do Ofício nº 14.300/2013/CGUMG/CGU-PR, de 13/05/2013, tendo se manifestado por meio do documento s/nº, de 05/07/2013, cabendo ao Ministério supervisor, nos casos pertinentes, adotar as providências corretivas visando à consecução das políticas públicas, bem como à apuração das responsabilidades.

Foram analisados os itens financiados com recursos repassados ao Estado no período de 01/01/2008 a 31/10/2012 pelo Ministério da Saúde.

Cumpramos registrar que de um montante fiscalizado de R\$ 74.377.214,31 (setenta e quatro milhões, trezentos e setenta e sete mil, duzentos e quatorze reais e trinta e um centavos), foi identificado um potencial prejuízo de R\$ 29.881.492,60 (vinte e nove milhões, oitocentos e oitenta e um mil, quatrocentos e noventa e dois reais e sessenta centavos).

### Principais Fatos Encontrados

#### Ministério da Saúde

**Ação:** Componente Especializado da Assistência Farmacêutica

- Aquisição de medicamentos especializados por preços superiores ao Preço Máximo de Venda ao Governo – PMVG.

Dano ao Erário: R\$ 28.038.046,01

- Aquisições indevidas de medicamentos e de complementos alimentares não listados na relação do componente especializados do Ministério da Saúde.

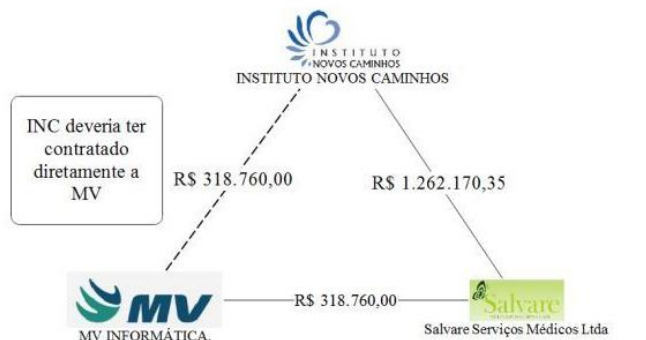
20/09/2016 22h08 - Atualizado em 21/09/2016 23h13

# 'Maus Caminhos' indica que médico multiplicou bens 88 vezes em 3 anos

Operação da PF combate desvio de verbas na saúde pública no Amazonas.  
Montante desviado na fraude ultrapassa R\$ 112 milhões, diz Polícia Federal.

- Contratação direta por inexigibilidade de licitação;
- Sindicato dos Estabelecimentos de Saúde do AM emitiu Atestado falso para subsidiar a contratação;
- Responsável pela administração de 2 UPA, 1 Maternidade e 1 Centro de Reabilitação de Dependentes Químicos;
- Concentração atípica de repasses do FES;
- Superfaturamento e pagamento por serviços não prestados (serviços médicos e de apoio: lavanderia, refeições limpeza, etc...)

Esquema de desvio de recursos da saúde no AM



Patrimônios adquiridos com recursos desviados





# Transparência e Controladoria-Geral da União

Buscar no portal

[Perguntas frequentes](#)[Contato](#)[Serviços e sistemas](#)[Área de imprensa](#)VOCÊ ESTÁ AQUI: [PÁGINA INICIAL](#) > [NOTÍCIAS](#) > [2017](#) > [06](#) > [MINISTÉRIO DA TRANSPARÊNCIA APURA DESVIOS NA SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO MARANHÃO](#)[Denúncia](#)[Reclamação](#)[Solicitação](#)[Sugestão](#)[Elogio](#)[Acesso à Informação](#)**ASSUNTOS**[Articulação](#)

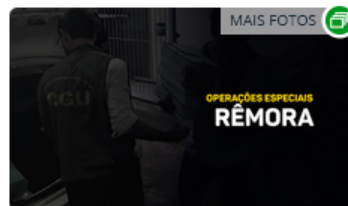
## AUDITORIA E FISCALIZAÇÃO

# Ministério da Transparência apura desvios na Secretaria de Estado de Saúde do Maranhão

[Ações Investigativas](#)**Operação Rêmoda identifica organização criminosa que causou dano de R\$ 18 milhões ao erário**

Publicado: 02/06/2017 18h29

Última modificação: 02/06/2017 18h41

[Tweeter](#)[Curtir 25](#)

O Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União (CGU) participou, nesta sexta-feira (2), no Maranhão, da quarta fase da Operação Sermão aos Peixes, chamada Operação Rêmoda. O trabalho é realizado em parceria com a Polícia Federal (PF), a Receita Federal do Brasil (RFB) e o Ministério Público Federal (MPF). O objetivo é desbaratar uma organização criminosa acusada de desvios de verbas federais destinadas ao sistema de saúde público do Estado. O prejuízo ao erário é da ordem de R\$ 18 milhões.

**Saques nas contas**

Contratos de Gestão com Instituto de Desenvolvimento e Apoio à Cidadania (IDAC) para administração de diversos estabelecimentos de saúde

30/08/2016 13h42 - Atualizado em 30/08/2016 15h28

# Operação investiga irregularidades na Santa Casa de S. S. do Paraíso, MG

Organização criminoso fraudaria licitações de compra de equipamentos.  
Polícia Federal, MPF e MTFC cumprem mandados de busca e apreensão.

Convênio nº793710/2013  
R\$300.000,00

Descrição	Valor Aquisição (A) R\$	Valor SIGEM R\$	Valor Mercado (B) R\$	Diferença (A-B) R\$	Diferença %
Cama Hospitalar Fawler Elétrica	13.500,00	8.000,00	8.900,00*1	4.600,00	51,68
Cama Hospitalar Fawler Mecânica	6.050,00	2.400,00	3.125,00*2	2.925,00	93,6
Monitor Multiparâmetro	21.500,00	16.000,00	16.391,00*3	5.109,00	31,17

Descrição	Empresa CNPJ	Nº Nota Fiscal/ Data	Quant	(A) Valor Total da Aquisição (R\$)	(B) Valor Total Pesquisa de Preços (R\$)	(A-B) Valor Total Sobrepreço (R\$)	Dife-rença %
C E	Hospimetal Ltda 54.178.983/0001-80	9379	5	67.500,00	44.500,00	23.000,00	51,68
C M		17/03/14	10	60.500,00	31.250,00	29.250,00	93,60
Monit or	Clalmedi Ltda 11.819.288/0001-47	528 09/05/14	8	172.000,00	131.128,00	40.872,00	31,17
Total				300.000,00	206.878,00	93.122,00	45,01



## Convênio nº775514/2012 R\$2.144.810,16

Descrição	(A) Valor Aquisição R\$	Valor Sugerido SIGEM R\$	(B) Valor Mercado R\$	(A-B) Diferença R\$	Diferença %
Cama Hospitalar Fowler Elétrica	11.949,74	8.000,00	8.900,00 <sup>(1)</sup>	3.049,74	34,27
Cama Hospitalar Fowler Mecânica	3.520,04	2.400,00	2.150,00 <sup>(2)</sup>	395,04	12,64
Poltrona Reclinável	863,38	900,00	640,00 <sup>(3)</sup>	223,38	34,90
Maca de transferência	4.626,84	3.300,00	2.150,00 <sup>(4)</sup>	2.476,84	115,20
Cadeira de rodas	705,51	-	580,00 <sup>(4)</sup>	125,51	21,64
Balde a chute	689,87	390,00	551,32 <sup>(5)</sup>	138,55	25,13
Armário vitrine	861,00	800,00	452,60 <sup>(6)</sup>	408,40	90,23
Cardioversor/Desfibrilador	56.500,00	24.500,00	23.990,00 <sup>(7)</sup>	32.510,00	135,51
Sistema Holter Analisador Gravador	36.000,00	26.500,00	24.358,00 <sup>(8)</sup>	11.642,00	47,79
Monitor Multiparâmetro	21.500,00	16.000,00	16.391,00 <sup>(9)</sup>	5.109,00	31,17
Oxímetro de Pulso	4.000,00	-	3.391,00 <sup>(9)</sup>	609,00	17,96
Carro de Emergência	3.500,00	3.200,00	2.290,00 <sup>(10)</sup>	1.210,00	52,84
Impressora Código de Barras	2.105,00	-	998,99 <sup>(11)</sup>	1.106,01	110,71
Sistema Computadorizado para Teste Ergométrico	60.000,00	36.000,00	45.800,00 <sup>(12)</sup>	14.200,00	31,00
Eletrocardiógrafo	8.000,00	5.600,00	4.390,00 <sup>(13)</sup>	3.610,00	82,23
Estetoscópio	195,00	30,00	28,00 <sup>(14)</sup>	167,00	596,43
Esfigmomanômetro	210,00	100,00	58,90 <sup>(14)</sup>	151,10	256,54
Longarina 4 lugares	700,00	-	184,00 <sup>(15)</sup>	516,00	280,43

Fonte: Plano de Trabalho, notas fiscais, SIGEM.

(1) [www.cirurgicaexpress.com.br](http://www.cirurgicaexpress.com.br), consulta em 29/12/2014

(2) [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br) - Pregão Eletrônico nº 091/2013 da Secretaria de Estado de Saúde do Governo do Maranhão

(3) [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br) - Pregão Eletrônico nº 15/2013 - Hospital Regional Dr. Abelardo Santos

(4) [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br) - Pregão Eletrônico nº 76/2014 - Hospital Universitário Alcides Carneiro (Campina Grande)

(5) [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br) - Pregão Eletrônico nº 1102/2013 - Governo do Estado do Ceará - Hospital Regional do Sertão Central

(6) [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br) - Pregão Eletrônico nº 329/2013 - Secretaria Saúde Pública - Hospital Galileu

(7) [www.biotecmed.com.br](http://www.biotecmed.com.br), consulta em 29/12/2014

(8) [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br) - Pregão Eletrônico nº 485/2014 da Prefeitura do Rio de Janeiro

(9) orçamento da Vitae, proposta 10486/14/0, de 24/11/2014

(10) [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br) - Pregão Eletrônico nº 69/2013 da UFMG



30/08/2016 13h42 - Atualizado em 30/08/2016 15h28

## Operação investiga irregularidades na Santa Casa de S. S. do Paraíso, MG

Organização criminosa fraudaria licitações de compra de equipamentos.  
Polícia Federal, MPF e MTFC cumprem mandados de busca e apreensão.

### **Santa Casa não comunicou aos Conselhos de Saúde a execução da ação do Convênio**

Por meio de documento sem número, e sem data, o provedor da Santa Casa de Misericórdia de São Sebastião do Paraíso apresentou a seguinte manifestação:

*“Referente a notificação ao Conselho Municipal de Saúde e ao Conselho Estadual dos convênios firmados, desconhecíamos estes procedimentos, mas o faremos nos próximos convênios.*

*O Provedor sempre comunica os recebimentos de convênios Federais aos membros da Irmandade Nossa Senhora da Conceição, que fazem parte do Estatuto do Hospital, as reuniões acontecem mensalmente.”.*





## **Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde (aquisição de equipamentos)**

### **Emenda Parlamentar – Bloco de Financiamento de Investimentos**

Quantidade Aprovada	Quantidade Adquirida	Valor Repassado	Valor Executado
126	46	R\$ 3.500.000,00	R\$ 3.563.182,24

*“Conselho Municipal de Saúde de Xxxxx aprovou a readequação da proposta de aquisição de equipamentos por meio da Resolução nº xx, de 15 de agosto de 2016.”*

#### **Constatações:**

- Alteração nos quantitativos e na destinação dos equipamentos hospitalares adquiridos em relação à proposta aprovada pelo Ministério da Saúde;
- Aquisição de equipamentos hospitalares com superfaturamento no montante de R\$ R\$1.402.106,59;
- Inexistência de prestação de contas dos recursos recebidos fundo a fundo (RAG somente menciona o recebimento do recurso);
- Pagamento antecipado à entrega de equipamento.



## Execução dos recursos – Extrato e Notas Fiscais

Equipamento Adquirido/ Transferência Eletrônica	Número Nota Fiscal/TED	Data	Valor da Nota R\$	Valor TED R\$
Carro de Emergência	000.050.047	08/11/2016	10.000,00	
Aspirador de Secreções Elétrico	000.050.053	10/11/2016	15.345,00	
Centrífuga Laboratorial	000.050.051	10/11/2016	15.811,60	
Desfibrilador Convencional	000.050.050	10/11/2016	32.580,00	
Estufa de Cultura	000.050.052	10/11/2016	8.212,00	
Analizador Bioquímico Automático	000.050.064	17/11/2016	160.000,00	
Analizador de Gases Respiratórios	000.050.065	17/11/2016	80.000,00	
Aparelho de Raio-X Móvel	000.050.066	17/11/2016	127.400,00	
Autoclave Hospitalar (75 a 150 litros)	000.050.067	17/11/2016	99.832,00	
Autoclave Hospitalar (> 350 litros)	000.050.068	17/11/2016	198.000,00	
Processadora de Filme	000.050.072	17/11/2016	36.800,00	
Incubadora Neonatal	000.050.070	17/11/2016	67.200,00	
Calandra	000.050.069	17/11/2016	22.000,00	
Cromatógrafo Líquido	000.050.063	17/11/2016	656.210,00	
Secadora de Roupas Hospitalar	000.050.071	17/11/2016	36.998,00	
TED	112.302	23/11/2016		160.000,00
TED	112.802	28/11/2016		80.000,00
TED	112.801	28/11/2016		127.400,00
TED	112.803	28/11/2016		99.832,00
TED	112.301	23/11/2016		198.000,00
TED	112.804	28/11/2016		36.800,00
TED	113.001	30/11/2016		67.200,00
TED	112.303	23/11/2016		18.000,00
TED	112.901	29/11/2016		400.000,00
TED	113.002	30/11/2016		4.000,00
TED	120.501	05/12/2016		350.000,00
TED	121.201	12/12/2016		60.192,00





Todas as flores do futuro  
estão nas sementes de hoje

## Controladoria-Regional da União no Estado de Minas Gerais

Gabinete

Tel.: (31) 3888 3254

Núcleo de Ações de Ouvidoria e Prevenção

Tel.: (31) 3888 3275 / 3274 / 3278

Email: [cgumg@cgu.gov.br](mailto:cgumg@cgu.gov.br)

**[www.cgu.gov.br](http://www.cgu.gov.br)**



**cguonline**



**cguonline**



**cguoficial**